

A emancipação psicopolítica frente ao trauma epistêmico e a teoria da comunicação

*The psychopolitical emancipation against the epistemic trauma
and the communication theory*

*La emancipación psicopolítica frente al trauma epistémico
y la teoría de la comunicación*

Evandro VIEIRA OURIQUES

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación
N.º 131, abril - julio 2016 (Sección Monográfico, pp. 63-75)
ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X
Ecuador: CIESPAL
Recibido: 04-02-2016 / Aprobado: 25-07-2016

Resumo

Neste artigo trato de como a constituição epistêmica da teoria da comunicação depende do pensamento crítico compreender que a emancipação é desdobramento da superação do trauma epistêmico do dualismo, superação que é o fundamento da perspectiva psicopolítica da teoria. Tal trauma tende a estar *embodied and embedded* de maneira hegemônica no território mental do filósofo, do cientista social, do comunicólogo, do profissional de comunicação e do ativista, bem como, de maneira geral, nas ciências, nas artes e nos indivíduos das sociedades centrais da globalização e naquelas fixadas no dualismo, nos quais se expressa teórica, metodológica e vivencialmente.

Palavras-chave: teoria da comunicação; psicopolítica; trauma epistêmico; não-dualismo.

Abstract

This article describes how the epistemic constitution of the theory of communication depends on critical thinking understands that emancipation is an unfolding of overcoming the epistemic trauma of dualism, which is the basis of the psychopolitical perspective in the theory. Such a trauma tends to be embodied and embedded in an hegemonic way in the mental territory of philosopher, social scientist, the communications expert and the activist, and, generally, in the sciences, the arts and the individuals of central societies of globalization and those settled on dualism, which is expressed in a theoretical, methodological and experiential way.

Keywords: theory of communication; psychopolitics; epistemic trauma; non-dualism.

Resumen

En este artículo se estudia la forma en que la constitución epistémica de la teoría de la comunicación depende de que el pensamiento crítico comprenda que la emancipación es un desdoblamiento de la superación del trauma epistémico del dualismo, superación que es el fundamento de la perspectiva psicopolítica de la teoría. Tal trauma tiende a estar *embodied and embedded* de manera hegemónica en el territorio mental del filósofo, el cientista social, el comunicólogo, el profesional de la comunicación y el activista, así como, de manera general, en las ciencias, las artes y en los individuos de las sociedades centrales de la globalización y aquellas asentadas sobre el dualismo, en las cuales se expresa teórica, metodológica y vivencialmente.

Palabras clave: teoría de la comunicación; psicopolítica; trauma epistémico; no-dualismo.

1. A dificuldade epistêmica do campo da comunicação

Conhecemos a dificuldade persistente da teoria da comunicação constituir-se epistemologicamente como “área científica própria, legitimada ou ao menos reconhecida como tal pelos autores mais conspícuos das outras disciplinas do pensamento social” (Sodré, 2012, p. 26). Diante de fatos exaustivamente comentados, porém ainda incompreendidos em toda a sua extensão, vale assinalar algumas dimensões que nos parecem cruciais: i) o poder da comunicação está “en el centro de la estructura y [de] la dinámica de la sociedad (Castells, 2009, p. 23)”; ii) a natureza da financeirização é comunicacional e; iii) autores como Francisco Sierra Caballero alertam o quanto é estratégica a vinculação, muito mais profunda do que apenas o uso instrumental, entre a apropriação tecnológica da cultura digital e a mudança social, uma vez que “hoy es el ciudadano quien, de consumidor a creador cultural, protagoniza las transformaciones del nuevo ecosistema mediático (Sierra Caballero, 2012, p. 279).

Sierra tem razão sobre o quanto é estratégica esta vinculação. Neste sentido, tenho demonstrado que a qualidade emancipatória da presença nas redes depende de que o indivíduo, o movimento e a organização estejam empenhados na reedição emancipatória dos estados mentais – pensamentos, afetos e percepções – que atravessam o seu território mental (Ouriques, 2009), e que por eles são assumidos como se fossem próprios, quando são historicamente produzidos para eles, frequentemente de maneira intencional (Ouriquez, 2016), e eles os autorizam a ser a fonte de referência para o seu processo de decisão, internalizando voluntariamente o látigo (La Boétie, 1922).

La comunicación se produce activando las mentes para compartir significado. La mente es un proceso de creación y manipulación de imágenes mentales (visuales o no) en el cerebro. Las ideas pueden verse como configuraciones de imágenes mentales. Con toda probabilidad las imágenes mentales se corresponden con patrones neuronales. (Castells, 2009, p.191)

Como já demonstrei (Ouriques, 1992), há uma correspondência rigorosa entre *design* mental, *design* midiático e *design* político, que hoje se revela, dado o avanço das pesquisas neurológicas, também articulado com o referido *design* neuronal. É assim que os indivíduos articulados em redes estão expostos e contribuem para a invasão de sua própria privacidade por meio da colaboração consciente ou inconsciente para a vigilância contínua e crescente, e, muitas vezes, são agentes ativos na sustentação e propagação da mente fascista que muitos supuseram que não existiria mais no século XXI. O que venho verificando em minhas pesquisas sobre psicopolítica, comunicação, teoria social e emancipação, é que a mente fascista nunca desapareceu de fato, permanecendo encapsulada na esfera dualista do “privado-psicológico-pessoal”, em oposição à

esfera “público-social-político”, e assim fora da atenção da filosofia e da teoria social hegemônicas, centradas na mudança social, econômica e política.

No entanto a experiência comprova que a emancipação depende da capacidade de *desobediência civil mental* (Ouriques, 2007) do indivíduo, em rede, em relação aos estados mentais imperiais de seu próprio território mental colonizado, pois a tecnologia “em si” nada garante. Apesar de minhas pesquisas apontarem nesta direção desde os anos 80, quando do surgimento da chamada *realidade virtual*, é recente o reconhecimento da falência desta devoção tecnológica, que espera a salvação vinda deste “outro” que seria o “salvador”. Foram décadas de “esperança” transformadas em decepção (Lipovetsky, 2007), cansaço (Byung-Chul Han, 2015) e amor líquido (Bauman, 2004), pois o que garante que o digital seja uma brecha, como demonstrei (Ouriques, 2008) quando membro do Comitê Executivo do I Fórum de Mídia Livre do Brasil, é compreender que

Hoje, a pessoa sente e pensa por meio da mídia que, em nenhum momento, a ajuda a parar e refletir. A aceleração, por exemplo, que os apresentadores dos telejornais utilizam é incompatível com o ritmo respiratório, metabólico. A respiração fica suspensa. E suspensa, impede que as informações entrem e sejam metabolizadas. Impede, inclusive, que a nossa mente – no sentido do conjunto de percepções, pensamentos e afetos – tenha tempo de excretar o que não serve. [...] Ou seja, mídia livre só existe quando o midialivrista é de fato livre, fala com voz própria, conseguiu vencer em si mesmo a tendência generalizada de agir com base no interesse e no poder autorreferenciados, atitude que é naturalizada e que impede, como disse, as relações de confiança. Como criar uma rede de redes se não há confiança, se há apenas luta pelo poder? A referência para uma ação livre no mundo é outra, ela precisa ser a generosidade, este para mim o outro nome do “espírito público”, da democracia, dos direitos humanos, dos direitos ambientais, dos direitos das crianças e dos adolescentes, das políticas públicas, da responsabilidade socioambiental. (Ouriques, 2008)

Portanto é a ausência da revisão psicopolítica dos estados mentais que ameaça transformar a brecha digital e suas redes em mais um dos “dispositivos tecnocomunicacionais” da colonialidade do poder (Rivera, 2014; Rivera, Velásquez & Del Valle Rojas, 2015). Somente o exercício desta revisão por parte do “sujeito do autocontrole contínuo e dos balanços anuais” (Vogl, 2010 & 2014; Welzer, 2012; Ouriques, 2015), que caracteriza o sujeito moderno então dotado e responsável por sua biografia (pronto a prestar contas e redirecionar sua performance para melhorar os resultados que pretende), permite que ele mude a fonte de referência epistêmica de seu processo de decisão, de maneira a que ele e a realidade, deixem de ser

un mecanismo apantallante que convierte la situación presente en algo natural, borrando sus orígenes históricos y sociales, haciendo de lo que no es sino un producto de la acción humana algo parecido a un producto causal de la naturaleza. Esto es lo

que generarían las ideologías religiosas, las ideologías del mercado, las ideologías naturalizantes de las diferencias de género, raza, etcétera. (Broncano, 2013, p.135)

De acordo com Muniz Sodré, a dificuldade de constituição epistêmica do campo da comunicação:

[...] não é uma afirmação de natureza voluntariosa, ou seja, não estamos imputando à área em questão uma suposta falta de vontade acadêmica quanto à constituição epistêmica do campo. Estamos buscando afirmar uma ausência de condições objetivas, reforçada pela própria especificidade do saber comunicacional, que torna difícil a distinção entre episteme e a realidade prática das tecnologias da comunicação, em que se expandem mais competências (o saber fazer prático) do que conhecimentos no sentido [...] universal do termo. O campo acadêmico da comunicação é atravessado por essa ideologia da competência, estimulada, particularmente no caso brasileiro [e mundial digo eu], pela emergência de uma tecnofilia acrítica, tendente a depositar nas tecnologias do digital velhas esperanças de redenção e inclusão social. (Sodré, 2012, p. 26)

Estamos, portanto diante de uma questão potencialmente emancipatória: “o espírito humano é suscetível de ser levado a experiências ilusórias quando adequadamente estimulado” (Feyerabend, 1977, p. 390). Como destaca Imanol Zubero, também citando Feyerabend,

La elección de un programa de investigación es una apuesta [...] pagada por los ciudadanos: puede afectar a sus vidas y a las de generaciones futuras [...] Ahora bien, si tenemos cierta seguridad de que existe un grupo de personas que por su entrenamiento son capaces de elegir alternativas que implicarían grandes beneficios para todos, entonces nos inclinaríamos a pagarles y a dejarles actuar sin más control durante largos períodos de tiempo. No existe tal seguridad ni por motivos teóricos ni por otros personales. Hemos de concluir que, en una democracia, la elección de programas de investigación en todas las ciencias es una tarea en la que deben poder participar todos los ciudadanos. (Feyerabend citado por Zubero, 1999)

Ou seja, compreender o que é de fato a *especificidade da comunicação* – e a própria *especificidade do saber comunicacional* – é a questão estratégica central, geopoliticamente central, para vigor do Estado de Direito. Pois a mente fascista se articula, e isto está agora irreversivelmente exposto com o golpe jurídico-midiático (Cruvinel, 2016) no Brasil (entre o 2º turno das eleições presidenciais e 2016) por meio de operações psicológicas com fins políticos, portanto psicopolíticas, como são as operações jurídico-midiáticas; ou seja, operações discursivas, que vinculam emoções em estado bruto à narrativas fascistas (Reich, 1933). Por isso, para mim, a perspectiva psicopolítica da teoria social precisa ser mais do que um discurso moralista sobre o mundo, mas ser entendida como via de emancipação.

O mal estar hoje da teoria social, bem como das metodologias de mudança, é resultante de um conjunto de sintomas que estimulam um avanço epistêmico da ordem da caesura. No entanto, como o avanço epistêmico que se constrói em rede e se oferece com a economia psicopolítica é o da passagem da tradição dualista para a emergência do não-dualismo, tal passagem é a um só tempo a quebra da regularidade (que permite superar o axioma hobbesiano), mas também o aprofundamento teórico das grandes conquistas obtidas pelas economias políticas e pelos estudos culturais e socioculturais. Em relação às primeiras, a economia psicopolítica as ajuda a superar o impasse gerado por seu foco nas políticas de redistribuição, uma vez que não existem recursos naturais para universalizar os bens e serviços percebidos como “desenvolvidos”, e que tal padrão de produção e consumo não pode ser naturalizado como a “condição humana”; e aos estudos culturais e socioculturais, os ajuda a superar o seu foco nas políticas de identidade, que os coloca no impasse não-resolvido de conseguirem transformar direitos sociais, políticos e culturais em direitos econômicos. (Ouriques, 2014, p. 31)

2. A comunicação e a confiança

Entre 1902 e 1906, o Prefeito Pereira Passos, com poderes quase ditatoriais, alinhou o urbanismo e a arquitetura do Rio de Janeiro, então capital da República, à mentalidade francesa. Seiscentos edifícios e casas onde moravam pessoas de baixa renda desapareceram, pois estavam localizados em áreas valorizadas e estratégicas para a modernidade. Regiões centrais foram gentrificadas – corroborando para um déficit habitacional persistente na cidade do Rio de Janeiro até os dias atuais –, e no lugar de moradias foram abertas avenidas, ruas e praças e construídos alguns prédios emblemáticos da colonialidade, como o Teatro Municipal, o Museu Nacional de Belas Artes e a Biblioteca Nacional.

Em 2015, o Prefeito Eduardo Paes quem, apesar de eleito governa com poderes quase ditatoriais, deu prosseguimento e em escala inédita à política pública antissocial do *Bota Abaixo*, como a oposição de outrora denominou a política de Pereira Passos. Se Passos, por exemplo, abriu o símbolo que é a Avenida Rio Branco – a mais importante da cidade –, foi a partir de sua metade longitudinal que Paes instalou um veículo leve sobre trilhos (VLT), para que ninguém se esqueça dele. Este ato é o emblema de uma estratégia antissocial de política pública, implantada em todas as principais vias do Rio de Janeiro, que não só demoliu edifícios que se constituíam como referências históricas da memória coletiva da cidade como contou com a abertura de novos acessos e a modificação de todo o transporte urbano, inclusive eliminando as linhas de ônibus que levavam os moradores da Baixada Fluminense diretamente às praias, resultando na feroz gentrificação de regiões habitadas e frequentadas diariamente por milhares de pessoas.

O Brasil ocupa hoje o 20º lugar entre os países que mais despejam moradores para construir obras de infraestrutura no lugar de suas habitações. Apenas para os Jogos Olímpicos de 2016 aproximadamente 100 mil pessoas (Lena & Faulhaber, 2015) foram impactadas pelos processos de gentrificação colocados em marcha pela administração municipal do Rio de Janeiro, entretanto e, infelizmente, este é um padrão que atinge todo o mundo globalizado. Tal padrão vai da referida gentrificação nas cidades à expulsão sistemática de populações rurais e indígenas para instalar os mega-projetos de exploração de *commodities* e de energia, bem como para a indústria florestal e qualquer outra motivação de acumulação de riqueza e destruição da natureza, sob as diversas leis antiterroristas que se espalham pelo mundo, restringindo desta maneira o direito a livre manifestação, inclusive de oposições alternativas e disrupções alternativas (Rivera, Velasquez & Del Valle Rojas, 2015) às operações geopolíticas continentais.

O fato é que esta mentalidade sistêmica de opressão sócio-político-econômica permanece em ampliação em todo o mundo, malgrado os esforços teóricos e metodológicos para a sua superação, engolfados assim nesse tsunami, formado por um lado pelos retrocessos em quase todos os campos, e, por outro, pelos insucessos em universalizar as muitas experiências pontuais comprovadamente emancipatórias.

Ao terminar seu mandato em 1906, Pereira Passos partiu sintomática e imediatamente para uma viagem de três anos, claro, a partir da Europa. Em 1908, ele chega com a esposa e a filha à Varsóvia. Os inúmeros palácios daquela cidade, apesar de vazios, eram mantidos prontos para serem habitados.

Passos pergunta a um polonês o porquê de mantê-los como se a realeza ainda existisse naquele país. O diálogo que se segue é surpreendente: ‘Temos a esperança de ver a Polônia erigida em reino independente’. Mas lhe disse eu, apesar de repartida entre três grandes potências [Rússia, Império Austro-Húngaro e Alemanha]? Ao que me replicou o interlocutor: ‘também o império de Napoleão era muito forte, entretanto caiu’. (Lenzi, 2000, p. 83)

Façamos por gentileza então o exercício de fazer corresponder tais palácios – despidos naturalmente de qualquer sentido aristocrático – ao fundamento epistêmico do que compreendemos como comunicação, aquele com o qual construímos nossas teorias e nossas metodologias da comunicação e, assim, a realidade na qual vivemos. Qual fundamento colocaremos lá? Qual a relação entre tal fundamento epistêmico e a realidade na qual se vive e que muitos querem modificar?

A questão, como argumento desde 1992 (Ouriques, 1992), é que, ao contrário da comunicação ser um “instrumento” do humano, o fato é que “a vida é comunicação” (Ouriques, 1992, p. 242); a comunicação é a linguagem constituinte do humano, da vida e do mundo – este criado pela cultura na relação com a vida. Todos são campos de comunicação. Sob a perspectiva psicopolítica, ancorada

nas teorias da linguagem, só há comunicação, pois, como bem lembra Jaques Poulain, ela é a base de toda experiência.

Daí a dificuldade da constituição epistêmica deste campo, pois a especificidade da comunicação demanda que o saber comunicacional tenha a complexa especificidade transdisciplinar, como argumento desde 1983. Tal constituição é impossível sob a perspectiva epistêmica dualista e, portanto disciplinar, que funda o Ocidente hegemônico, sistêmica e tragicamente atravessado pela impossibilidade de lidar com o *outro*. Seu modo de funcionamento é o de ser uma *máquina de fazer dois*, como demonstra há muitos anos Marcio Tavares d’Amaral (1995).

Ao fugir dualisticamente do perigo da *unidade* – como princípio da adequação à uma essência, e apostar na *multiplicidade* isenta de *semelhança* – o Ocidente tende a eliminar a investigação de ontologias não-essencialistas e se torna de fato a *unidade* opressiva que pretendeu nominalmente superar. Institui-se como epistemicida, como lembra Boaventura de Sousa Santos (2010); pois o “mal” seria sempre – à direita, ao centro, ou à esquerda – a característica exclusiva do *outro*. Seja ele nomeado de “primitivo”, de “terrorista” (Del Valle, 2013 & 2014; Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2014), de “corrupto”, ou mesmo, lamentavelmente para tantos que sacrificam com sinceridade suas vidas a esta visão, de “capitalistas”, de “patrões”; ou ao conceito que se queira usar na ocasião, e que mantém – mesmo quando as intenções são outras, como é o caso muitas vezes dos partidos de esquerda, como o do Partido dos Trabalhadores, no Brasil – o referido *regime de servidão*.

É com base neste princípio epistêmico dualista – anticomunicacional por recusar a empatia e a ação desinteressada para focar-se na persuasão –, que indivíduos organizados em rede conceberam também as corporações, que externalizam de seus balanços os problemas sociais e ambientais e contabilizam como “resultados” apenas a relação entre o custo dos “insumos” de produção e a venda dos produtos e serviços derivados. Esta também é forma que os países e os consumidores externalizam seus hábitos de consumo (meta-organizados pelo padrão aristocrático) e suas pegadas ecológicas (Ouriques, 2013).

Superar tal atitude demanda uma revisão epistêmica radical (no sentido etimológico), pois implica superar a aposta de que a *natureza*, no sentido de *vida*, seria morta; e de que não haveria significados imanentes não-essencialistas na vida, mas que todos eles seriam atribuídos, construídos pela cultura. Ou seja, de que o universo seria uma *tábula rasa* a ser escrita pela “genialidade do espírito humano”. Com isto jogou-se fora a compreensão de que a vida é uma rede de redes, como demonstram os trabalhos, por exemplo, de Francisco Varela e Humberto Maturana. As redes sociais são poderosas apropriações desta lógica organizacional. Lógica movida pela *confiança*. Que desaparece na presença da *persuasão*.

É por isso que os desafios que vivemos são sempre sintomas da falta de comunicação, sintomas da falta de diálogo (Ouriques, 2002). Da falta ou da dificuldade

de diálogo intraorgânico, intrapessoal, interpessoal, intracultural, intercultural, transcultural; e entre a cultura e a vida, entre a ciência e a vida, entre a arte e a vida, entre a ciência e a arte. Dito de outra maneira, entre o desejo e o corpo, e o espírito. Por isso Marcio Tavares d'Amaral alerta que

[...] há comunicação, isto sim, no núcleo mesmo da estruturação da ciência, vista numa perspectiva transdisciplinar – que não é uma aventura do espírito, mas uma radical exigência da crise. O modelo do trabalho transdisciplinar é um modelo-comunicação. [...] cada ciência particular, como parte modernamente reprodutora do paradigma Ciência, se organiza a partir de uma questão-comunicação: um tema, um problema, uma estratégia, um método – que faz presente a multiplicidade complexa do real, ainda que sob a forma redutora própria da especialidade. Seria possível indicá-lo com alguns exemplos: a verdade como questão-comunicação da filosofia; a informação e o código genético como questão-comunicação da biologia; a cultura como questão-comunicação da antropologia; a relação social como a questão-comunicação da sociologia; a troca como questão-comunicação da economia. (Amaral, 1995, p. 92)

O fundamento dualista impede a constituição epistêmica da teoria da comunicação, pois a comunicação é justamente a possibilidade da construção do encontro. Da construção da ponte não dualista entre os opostos, que permite experienciá-los como conflitivos, mas também como potencialmente complementares. Pois a especificidade do saber comunicacional é o do *fazer um* onde há *dois*; onde há *muitos*. A *diferença* só é possível na presença e na *semelhança*.

Este exercício não dualista, portanto e por definição, constitui-se como especificidade da comunicação e nada tem a ver com uma opção autista, como a obra das religiões, que se refugia em um “mundo ideal” – digamos assim, “desencarnado” –, por recusar a tensão, por vezes tremenda, da *diferença* e do *erro*. A única maneira possível de constituir epistemologicamente o saber comunicacional é o da construção do encontro com o *outro*, pois é disto de que se fala quando se quer fazer vigorar a justiça social, os direitos humanos, a equidade econômica, os direitos da terra, etc. Em suma, quando se quer fazer vigorar todas as bandeiras que impulsionam os múltiplos movimentos sociais e organizacionais que, sob tantos nomes, falam do vigor do respeito pelo *outro*; isto é, do encontro com o *outro*. Ou seja, da necessidade da comunicação.

3. O caráter transdisciplinar da comunicação

É em razão deste trauma epistêmico do dualismo que a mente fascista opera por meio da persuasão feita contemporaneamente pelo judiciário e pela mídia. Quando a realidade é que “as pessoas sentem falta de relações humanas constantes e objetivos duráveis” (Sennet, 2005, p. 117), ao contrário da economia

política vigente, que se move, como sabemos, na eliminação do outro em uma economia imaginada de escassez; na superficialidade degradante das relações; na desconfiança em relação ao *outro*, frequentemente como um *inimigo*, e que acaba sendo produzido como tal; na irracionalidade.

A defesa de um eu maleável e de uma identidade precária, compreendida como dissolução vagante em meio à névoa da colagem de múltiplos fragmentos flutuantes, que ao serem defendidas como condição da liberdade do sujeito, acaba por proporcionar a falta de compromisso com a palavra dada; e assim ajuda a criar um ambiente de ingovernabilidade pela desesperança no humano, que por sua vez dá passo à consolidação da precarização; ao trabalho de curto prazo, às instituições e legislações trabalhistas “flexíveis”; à elegia do correr riscos constantemente, como se isso fosse uma atitude heróica; às intervenções da industrialização permanente e cada vez mais onipresente; enfim à compulsão do crescimento ilimitado, desta religião fundamentalista dos rendimentos.

Dito de outra forma, do vale-tudo. Desta mentalidade que movida pelo dualismo é incapaz de compreender que *liberdade e disciplina, diferença e semelhança* são faces de uma mesma realidade; e não opostos excludentes; que dissolve a confiança e recusa a ação desinteressada, exatamente os fundamentos da especificidade do exercício e saber comunicacionais, destruídos sob o regime da política das contingências, na qual “[...] não há lugar honroso para o serviço – a própria palavra invoca o último refúgio do conformista” (Sennet, 2005, p. 166).

O dualismo tanto projeta o *mal* na direção do *outro* quanto projeta o *bem* também na direção do *outro*. Este é o caso, por exemplo, da potência emancipadora da brecha digital. A emancipação depende da capacidade democrática com a qual o indivíduo atua nela, como constatado à exaustão desde aquela época dos escândalos de vigilância, pois

Foucault n'avait sans doute pas tort quand il signalait que le couple “Liberté/Sécurité” était au cœur du libéralisme et quand il nous disait que les stratégies de sécurité étaient “l'envers et la condition même du libéralisme”. Pas de gouvernement par la liberté sans la création de dispositifs de sécurité destinés à surveiller la liberté autant qu'à la fabriquer. Rien d'étonnant par conséquent à ce que les instances gouvernementales mettent l'accent sur l'insécurité généralisée, en appellent au principe de précaution, et appuient l'idée que nous vivons dans une société à risque. Tout cela va dans le sens de nous inciter à faire montre d'une responsable prudence dans l'usage de nos libertés, en même temps que cela légitime les mesures sécuritaires que prennent les États et que cela renforce le privilège qu'à l'État d'être l'unique dépositaire de l'usage légitime de la force, usage sur lequel il ne lésine absolument pas et que nulle transformation de l'État n'a pour l'instant mis en question. (Ibáñez, 2013, p. 30)

São exatamente as psicotecnologias que irrompem com clareza, em todo o mundo neste levante fascista que caracteriza a segunda década do século XXI.

Como construir então um estatuto epistêmico da teoria da comunicação se a teoria social – dentro da qual a teoria da comunicação, como sabemos, se encontra como ciência social aplicada – está convencida da condenação pós-moderna da estrutura nuclear da cultura ocidental? Ou seja, quando se assume como absoluta e irrevogável tanto a condenação do real, do fundamento, da representação, da verdade, do sujeito e da consciência, quanto o axioma hobbesiano? Que resiste como sendo a única “essência” do humano, que o determinaria, assim, de fora para dentro?

Tal “liberdade negativa” (Poulain, 2009 & 2012) impregna a qualidade ética do psiquismo e das instituições e insiste em que seríamos insociáveis intersubjetivamente e violentos por “natureza”; quando todo o meritório trabalho da filosofia e da teoria social foi exatamente o de questionar os essencialismos por eles determinarem para o sujeito um lugar na história.

Como constituir então epistemologicamente o campo teórico da comunicação se o *conflito* é compreendido não como *sintoma da falta de comunicação*, mas como o que seria a própria condição humana? Como então experimentar a *confiança* que funda a comunicação? Como experimentar a construção do *encontro*, por meio do aprendizado da ação desinteressada, da dádiva (Godbout, 1999), da generosidade, da gratidão, da alegria? É por isso que temos de maneira hegemônica ainda a persuasão, o convencimento, os “clubes” e não as “comunidades” (Melman, 2003). O fundamentalismo de todos os matizes, nas mais variadas tendências políticas. Sobrou como a verdade absoluta, legitimada pela filosofia e a teoria social hegemônica, o foco no aprimoramento pragmático da capacidade de manipular o “outro”, a partir da identificação de suas predisposições à manipulação e do decorrente controle de sua atenção, reificando assim o axioma hobbesiano. Isto, definitivamente, não é comunicação. É *regime de servidão* (Birman, 2006); ou seja, a mente fascista reatualizada ciclicamente.

Avançar o estatuto epistêmico da comunicação depende, portanto da superação do trauma epistêmico do dualismo. Tanto no que diz respeito (1) ao seu “problema de pesquisa” (não ao seu “objeto” de pesquisa, como bem recomenda Pablo Bilyk, 2015), que demanda o incessante trânsito entre a dualidade e a não dualidade e, portanto a não cristalização na dualidade; (2) quanto no que diz respeito à dissolução da disciplinaridade, pois a comunicação é aquela experiência que se torna compreensível apenas no exercício da complexa e indispensável transdisciplinaridade.

Referências bibliográficas

- Amaral, M.T. (1995). *O homem sem fundamentos: sobre linguagem, sujeito e tempo*. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro.
- Azevedo, Lena & e Faulhaber, Lucas (2015). SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Mórula Editorial: Rio de Janeiro.

- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Brasil: Zahar.
- Birman, J. (2006). *Arquivos do mal estar e da resistência*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.
- Bilyk, P. (2015). Totalidades y paradigma indiciario. Lecturas desordenadas para pensar nuestros problemas de investigación. *Oficios Terrestres*, N°33, pp. 50-63, julio-diciembre. Disponible en <http://bit.ly/2athrp3>.
- Broncano, F. (2013). *Sujetos en la niebla: narrativas sobre la identidad*. Herder Editorial: Barcelona.
- Castells, M. (2009). *Comunicación y poder*. Alianza Editorial: Madrid.
- Corte Interamericana de Derechos Humanos (2014). Caso Norín Catrimán y Otros (Dirigentes, Miembros y Activistas del Pueblo Indígena de Chile) Vs. Chile. Sentencia de 29 de Mayo de 2014 (Fondo, Reparaciones y Costas).
- Cruvinel, Tereza (2016). A vida depois do golpe. *Brasil 247*: São Paulo. Disponible en: <http://www.brasil247.com/pt/blog/terezacruvinel/249098/A-vida-depois-do-golpe.htm>
- Del Valle, C. (2013). Informe: Peritaje analítico-discursivo sobre las evidencias de estereotipos, prejuicios y discriminación en los Tribunales de la Región de La Araucanía, Chile. Temuco, 17 de mayo de 2013. Peritaje notariado.
- Del Valle, C. (2014): La presencia de estereotipos, prejuicios y discriminación en los Tribunales de la Región de La Araucanía en Chile: Peritaje analítico-discursivo. En Azócar, A.; Nitrihual, L. & Olate, A. (Ed.), *Lenguas, Literatura y Comunicación. 20 años de investigación en la Universidad de La Frontera*. Ediciones Universidad de La Frontera: Temuco.
- Feyerabend, P. (1977). *Contra o método: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento*. Livraria Francisco Alves Editora S.A.: Rio de Janeiro,
- Godbout, J. T. (1999). *O espírito da dádiva*. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro.
- Han, Byung-Chul (2015). *A Sociedade do Cansaço*. Brasil: Editora Vozes.
- Ibáñez, T. (2013). La raison gouvernementale et les métamorphoses de l'État. *Réfractations*, 30, 17-32.
- La Boétie, (1922). *Le discours de la servitude volontaire suivi de Mémoire touchant l'Édit de Janvier 1562 [inédit] et d'une Lettre de M. Le Conseiller de Montaigne*. Editions Bossard: Paris.
- Lenzi, M.I.R. (2000). *Pereira Passos: notas de viagem*. Rio de Janeiro: Sextante Artes.
- Lipovetsky, G. (2007). *A sociedade da decepção*. Brasil: Manole.
- Melman, C. (2003). *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço [Entrevistas a Jean-Pierre Lebrun]*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Ouriques, E.V. (1992). *Vida, geometria e sociedade: aberturas para a crise contemporânea de percepção a partir de conexões entre a mutação de paradigmas e o diálogo verbo-imagem nas páginas de jornal*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- Ouriques, E.V. (Org.) (2002). *Diálogo entre as civilizações: a experiência brasileira*. Brasília: Centro de Informações da ONU no Brasil e UNESCO.
- Ouriques, E.V. (2007). Desobediência civil mental e mídia: a ação política quando o mundo é construção mental. *Anais do 10º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo*, pp.1-29.
- Ouriques, E.V. (2009). Território Mental: o nó górdio da democracia. *Revista Democracia Viva*, 42, 76-81.
- Ouriques, E.V. (2013). Auto-reflexão, valor e fato: o silêncio epistêmico que emancipa Ciência, Cultura, Tecnologia e Arte. *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*, 6, 117-126.
- Ouriques, E.V. (2014). Sobre a Economia Psicopolítica. *Ofícios Terrestres*, 31, 30-48.
- Ouriques, E.V. (2015). A teoria da gestão e a emancipação psicopolítica do sujeito do autocontrole contínuo e dos balanços anuais. *Ágora de Heterodoxias*, 1(2), 34-53.
- Ouriques, E.V. (2016). Informação, Comunicação e Psicopolítica: sobre a estratégia do conhecimento e compreensão quase totais e absolutos do self, do interlocutor e do ambiente. in Freire, Gustavo H. de Araújo; Assis, Juliana de & Barbosa, Maria de Fátima S. O. (orgs.). *Informação e gestão: ensino, pesquisa e extensão*. e-Papers: Rio de Janeiro. pp. 61-76.
- Poulain, J. (2009). La neutralisation néolibérale de l'université et son alternative: une université critique de la culture. *Coloque Les Universités au Temps de la Mondialisation/Globalisation et de la Compétition pour Excellence*, Université Paris 8.
- Poulain, J. (2012). ¿Qué es la justicia? *Praxis Filosófica*, 34, 189-202.
- Reich, Wilhem (1933) [1972]. *Psicologia de massas do fascismo*. Martins Fontes: São Paulo.
- Rivera, C.A.M., Velásquez, C.R. & Del Valle Rojas, C. (2015). Emergencia indígena, Comunicación-otra y Buen Vivir: pensar el socio-praxis comunicativa de los pueblos indígenas. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*. 128, 165-182.
- Santos, B.D.S., & Meneses, M.P. (2010). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez.
- Sennet, R. (2005). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Record: Rio de Janeiro.
- Sierra Caballero, F. (2012). Ciudadanía digital y sociedad de la información en la Unión Europea: un análisis crítico. *Andamios. Revista de Investigación Social*, 9(19), 259-282.
- Sodré, M. (2012). Comunicação: um campo em apuros teóricos. *Matrizes*, 5(2), 11-27.
- Vogl, J. (2010). The black swan. *New York Magazine of Contemporary Art and Theory*. 1(5).
- Vogl, J. (2014). Poetics of Homo Economicus. *Continent*, 4(95), 95-104.
- Welzer, H. (2012). *Infraestruturas mentais: como o crescimento se instalou no mundo e nas nossas almas*. Heinrich-Böll-Stiftung: Alemanha.
- Zubero, I. (1999). *Participación y democracia ante las nuevas tecnologías: retos políticos de la sociedad de la información*. Recuperado de <http://bit.ly/2atjPwf>.